

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA – 2º SEMESTRE/2020

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021.

RA 90/2021

**Ao
Presidente do
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO
GRANDE DO SUL – CREA-RS**

Servimo-nos da presente para encaminhar a V.S.as nosso relatório circunstanciado de auditoria externa referente ao 2º semestre e exercício de 2020.

Nossos exames abrangeram a avaliação dos procedimentos contábeis, por amostragem, adotados na empresa, e realizados de acordo com as normas de auditoria, incluindo provas nos registros contábeis e exame da documentação comprobatória, na base de testes seletivos e na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Alguns aspectos que julgamos relevantes estão expostos neste relatório, que é estritamente confidencial e tem como única finalidade sua apreciação e discussão com o destinatário, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do Art. 410 do Código de Processo Civil (CPC), lei 13.105/2015, seu uso para qualquer outro fim.

Ressaltamos que a auditoria foi realizada em contas específicas do plano de contas da empresa envolvendo a parte contábil e de controles internos.

**JK AUDITORES S/S LTDA
CRC RS 007358/O-5**

**Rosangela Pereira Peixoto
Contadora 1 CRC RS 65.932/O-7
Sócia Responsável Técnica**



SUMÁRIO

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS.....	3
1. ATIVO CIRCULANTE.....	3
1.1. BANCOS CONTA MOVIMENTO	3
1.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
1.3. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4
1.4. ESTOQUES	5
1.5. DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO.....	5
1.6. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO.....	6
1.7. IMOBILIZADO.....	6
1.8. INTANGÍVEL	8
2. PASSIVO.....	9
2.1. RESTOS A PAGAR.....	9
2.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO.....	10
2.3. PROVISÕES A CURTO PRAZO	10
2.4. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	11
2.5. CRÉDITOS A IDENTIFICAR	11
2.6. VALORES RESTITUÍVEIS.....	12
2.7. PROVISÕES, SENTENÇAS JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E ACORDOS JUDICIAIS	12
2.8. OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	14
2.9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
3. CONTAS DE RESULTADO.....	15
3.1. ANÁLISE COMPARATIVA DO RESULTADO	15
PARTE II – CONCLUSÃO.....	17

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS

1. ATIVO CIRCULANTE

1.1. BANCOS CONTA MOVIMENTO

A seguir são apresentados os saldos de bancos conta movimento com posição em 31 de dezembro de 2020

CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Banrisul S/A c/c 06.015117.0-9	1.760.800,05
Caixa Econômica Federal c/c 333-0	14.697,77
Banrisul S/A - Confea c/c 06.015117.3-3	310.535,98
Banrisul S/A - Mútua c/c 06.015117.4-1	191.373,82
Banrisul S/A c/c 0.015117.1-7 - Empréstimo	64.745,73
Banrisul Unimed C/C 06.015117.7-6	85.627,92
TOTAL	2.427.781,27

Fonte: Balancete e extratos bancários do mês de dezembro de 2020.

Realizamos o confronto dos saldos contabilizados com os respectivos extratos das instituições bancárias, não identificamos divergências.

Realizamos o procedimento de confirmação externa, na data-base de 31 de dezembro de 2020, não sendo identificadas divergências entre o saldo contábil frente as respectivas respostas.

Conforme mencionado no relatório correspondente ao 1º semestre permanece o saldo de R\$ 691,95 pendente na conciliação desde 29 de janeiro de 2020 na conta Banrisul S/A c/c 06.015117.0-9. Conforme informado os saldos são relativos as diferenças de dissídio (2018/2019) dos assessores demitidos em 2018, no entanto, mesmo após várias tentativas de contato do RH com os favorecidos, não houve a retirada dos cheques. Essa situação é objeto de solicitação do NCOT ao assessor jurídico da área trabalhista. No encerramento do exercício o saldo foi reclassificado para o Passivo.

RECOMENDAÇÃO

Avaliar a necessidade de permanência deste saldo na conciliação.

1.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir são apresentados os saldos de aplicações financeiras com posição em 31 de dezembro de 2020:



CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Banco do Brasil S/A CP Admin Difer 116734-0	539.061,89
Banrisul Carta Fiança CDB Pré Fixado 06.015117.5-6	12.808.220,02
Banrisul Super FI RF - Confea 06.015117.3-3	441.429,41
Banrisul Fundo Super - Mútua 06.015117.4-1	405.544,63
Banrisul Master Dívida Ativa - CDB 06.857794.0-5	1.684.405,68
Banrisul Super FI RF - Unimed 06.015117.7-6	251.958,95
Banrisul S/A - Super FI RF 06.015117.0-9	2.548.750,82
Banrisul CDB DI 06.015117.0-9	16.459.524,94
Banrisul S/A - Conv Mútua SOEA 41.178024.0-8	35.513,80
Banrisul S/A - T. Industriais 41.178025.0-5	128.791,39
Banrisul S/A Poupança - T. Agrícolas 41.178026.0-2	390.496,24
Caixa Econômica Federal - CDB FLEX 333-0	3.118.184,12
TOTAL	38.811.881,89

Fonte: Balancete e extratos bancários do mês de dezembro 2020.

Realizamos o confronto dos valores registrados na contabilidade com os extratos emitidos pelas instituições bancárias, testamos a contabilização das receitas de rendimentos e Imposto de Renda de aplicações financeiras e não identificamos divergências.

Realizamos o procedimento de confirmação externa, na data-base de 31 de dezembro de 2020, não sendo identificadas divergências entre o saldo contábil frente as respectivas respostas.

1.3. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

O saldo do grupo em 31 de dezembro de 2020 era composto pelos seguintes valores:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	
Adiantamento a pessoal	262.318,34
DEVEDORES DA ENTIDADE	
Tribunal Regional do Trabalho	59.452,18
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/SC	24.980,10
PRÊMIOS DE SEGUROS	27.906,05
TOTAL	374.656,67

Fonte: balancete de dezembro de 2020.

Validamos os saldos contábeis apresentados através do confronto com os relatórios auxiliares e conciliações das contas com o saldo contábil, onde não constatamos irregularidades.

1.4. ESTOQUES

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 196.724,13.

Examinamos os saldos contábeis apresentados e confrontamos com o relatório balancete almoxarifado e conciliações das contas, onde não constatamos irregularidades.

1.5. DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO

O saldo de dívida ativa a receber em 31 de dezembro de 2020 apresentou os seguintes valores:

Valores em R\$			
CONTAS	SALDO CONTÁBIL	RELATÓRIO	DIFERENÇA
<u>Longo prazo</u>			
Dívida Ativa a Receber	14.960.893,65	12.255.509,80	2.705.383,85
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(458.457,49)	-	458.457,49
TOTAL	14.502.436,16	12.255.509,80	3.163.841,34

Fonte: balancete do mês de dezembro 2020.

Com o intuito de validarmos o saldo contábil, solicitamos relatório analítico com a composição do saldo de dívida ativa e a planilha com o cálculo de provisão de perdas de crédito e realizamos o confronto entre os saldos. Conforme demonstrado na tabela, existe uma diferença total de R\$ 2.705.383,85. A diferença identificada entre o saldo contábil e o relatório auxiliar não foi conciliada e conforme informações este é um problema recorrente de exercícios anteriores.

As provisões para perdas são calculadas com base na média histórica de perda dos últimos cinco exercícios. A planilha apresentada como ferramenta de cálculo, foi realizado o cálculo para as perdas de 2021 a qual foi reconhecido em 2021 provisão para perda de R\$ 772.792,10. Não podemos comparar com o saldo de 31.12.2020 pois ele é o que sobrou e a planilha já traz o valor a ser contabilizado em 2021.

O relatório do sistema auxiliar não demonstra data de vencimentos para que possamos opinar sobre a provisão para perdas.

RECOMENDAÇÕES

Conciliar o saldo de dívida ativa e realizar os ajustes necessários para que o a contabilidade reflita de fato o saldo que o CREA RS tem a receber.

Verificar os parâmetros utilizados no sistema para gerar os relatórios base utilizados no cálculo da provisão de perdas.

1.6. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO

O saldo do grupo em 31 de dezembro de 2020 era composto pelos seguintes valores:

CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Tribunal Regional do Trabalho	203.218,35
Depósitos Judiciais	21.475.268,85
Ações (Telefônica Brasil S/A)	377,58
TOTAL	21.678.864,78

Fonte: balancete do mês de dezembro 2020.

Para a conta Tribunal Regional do Trabalho, obtivemos a planilha com a composição do saldo e verificamos que trata-se de depósitos judiciais e bloqueios nas contas correntes resultantes de processos judiciais trabalhistas. Sem divergência no confronto do saldo.

Referente ao saldo do depósito judicial, salientamos que o valor original do depósito era de R\$ 20.535.967,00 e sofreu atualização por recomendação de nossa auditoria que foi realizada em 2017 e 2018. A atualização foi realizada em 2019 e desde então o saldo permanece o mesmo, visto que o índice de correção dos depósitos judiciais que tem como base a Taxa Referencial – TR, estar zerada desde setembro de 2017.

Para a conta de Ações (Telefônica Brasil S/A) fomos informados de que periodicamente são recebidas cartas de informes de rendimentos referente a este investimento, entretanto quando é feito contato com o banco Bradesco solicitando o valor atualizado do investimento, a instituição informa que não existe esse saldo.

RECOMENDAÇÃO

Realizar a atualização do saldo de depósitos judiciais.

Solicitar, formalmente, uma posição do saldo de Ações (Telefônica Brasil S/A) junto a instituição financeira e, se necessário for, realizar a baixa ou atualização do valor.

1.7. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos os saldos do imobilizado divididos em bens móveis, imóveis e depreciação de cada um deles em 31 de dezembro de 2020:
BENS MÓVEIS



Valores em R\$

CONTAS-	SALDO CONTÁBIL	CONTROLE PATRIMONIAL	DIFERENÇA
Móveis e Utensílios	331.962,99	330.875,68	1.087,31
Máquinas e Equipamentos	3.217.109,72	786.483,99	2.430.625,73
Utensílios de Copa e Cozinha	66.521,50	66.521,50	-
Veículos	3.899.620,63	3.899.620,63	-
Equipamentos de Informática	933.738,40	3.045.073,97	(2.111.335,57)
Sistemas de Processamento de Dados	44.538,00	44.538,00	-
Biblioteca	1.996,50	1.996,50	-
Mobiliário em Geral	1.430.673,86	1.430.785,64	(111,78)
Equipamentos Diversos	502.861,97	2.610,00	500.251,97
Outros Bens Móveis	9.633,80	9.590,03	43,77
TOTAL	10.438.657,37	9.618.095,94	820.561,43

Fonte: balancete e controle patrimonial do mês de dezembro de 2020.

BENS IMÓVEIS

Valores em R\$

CONTAS-	SALDO CONTÁBIL	CONTROLE PATRIMONIAL	DIFERENÇA
Edifícios	14.411.226,06	11.389.700,00	3.021.526,06
Terrenos	134.234,87	134.234,87	-
Salas	1.564.973,19	4.188.868,40	(2.623.895,21)
Instalações	16.512,63	-	16.512,63
Box/Garagem	40.000,00	40.000,00	-
TOTAL	16.166.946,75	15.752.803,27	414.143,48

Fonte: balancete e controle patrimonial do mês de dezembro de 2020.

DEPRECIACÃO

Valores em R\$

CONTAS-	SALDO CONTÁBIL	CONTROLE PATRIMONIAL	DIFERENÇA
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(9.590.991,75)	(6.563.453,49)	(3.027.538,26)
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(7.040.082,27)	(7.040.082,27)	-
TOTAL	(16.631.074,02)	(13.603.535,76)	(3.027.538,26)

Procedemos à validação dos saldos do imobilizado e depreciação registrados na contabilidade através do confronto dos relatórios do controle patrimonial, e apuramos as divergências conforme demonstradas nas tabelas acima. As diferenças não foram conciliadas.

Sobre os bem móveis, observamos que quando os relatórios são gerados individuais, conforme demonstrado na tabela, chegamos a uma diferença total de R\$ 820.561,43. Entretanto, foi fornecido um relatório com todos os bens móveis, sem distinção de contas, esse relatório apresentou um total R\$ 10.491.460,89 o que resulta em uma diferença de R\$ 52.803,42 quando comparamos ao total de R\$ 10.438.657,37 contabilizado em bens móveis.

Testamos, através de amostra, a aquisição de 12 veículos, para os quais verificamos as notas de aquisição e a liquidação do pagamento. Não identificamos divergências.

Em auditorias anteriores, foi identificado que não é realizada a Avaliação ao Valor Recuperável de Ativo - *Impairment* e inventário dos bens do imobilizado, para este exercício ainda não houve evolução em relação a este ponto.

Ainda, com relação ao inventário físico dos bens, foi iniciado em outubro a realização da identificação dos bens pela Gerência de Patrimônio, no entanto ainda não foi concluído assim como não foram efetuados ajustes.

RECOMENDAÇÕES

Conciliar o saldo e realizar os ajustes necessários para que a contabilidade reflita de fato a posição patrimonial do CREA RS.

Realizar o inventário físico dos seus bens móveis e imóveis, com o objetivo de confirmar ou corrigir os saldos contábeis.

Verificar os parâmetros utilizados no sistema para gerar os relatórios.

Segregar os itens do ativo intangível que estão contabilizados em bens móveis.

Realizar o estudo para determinar o Valor Recuperável de Ativo – *Impairment*.

1.8. INTANGÍVEL

A seguir são apresentados os saldos do intangível com posição em 31 de dezembro de 2020:

Valores em R\$			
CONTA	SALDO CONTABIL	CONTROLE PATRIMONIAL	DIFERENÇA
SOFTWARE E LICENÇAS DE USO	359.340,93	-	359.340,93
<i>Software</i>	214.852,45	214.852,45	-
(-) Amortizações Acumuladas <i>Software</i> e Sistemas	(351.569,64)	(102.885,46)	(248.684,18)
TOTAL	222.623,74	111.966,99	110.656,75

Fonte: balancete e controle auxiliar do mês de dezembro de 2020.

Procedemos à verificação dos valores do intangível registrados na contabilidade com os relatórios do controle patrimonial, apurando as divergências demonstradas na tabela acima.

RECOMENDAÇÕES

Conciliar o saldo e realizar os ajustes necessários para que a contabilidade reflita de fato a posição patrimonial do CREA RS.

Realizar o inventário de bens intangíveis, com o objetivo de confirmar ou corrigir os saldos contábeis.

2. PASSIVO

2.1. RESTOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da conta fornecedores foi reclassificado para a rubrica Restos a Pagar, no valor de R\$ 353.693,06.

Realizamos o confronto do saldo contábil frente à posição do relatório financeiro, não sendo identificadas divergências.

Para análise da idade dos saldos, solicitamos o relatório financeiro com informações analíticas, abrangendo a composição por título/nota fiscal, data de emissão, data de vencimento, valor por título e valor total e constatamos que o CREA-RS não possui o relatório.

Realizamos o procedimento de confirmação externa sem divergência de saldo para os fornecedores que obtivemos a resposta. Para o fornecedor que não enviou a resposta efetuamos procedimento alternativo, sendo analisado as notas fiscais juntamente a inspeção do pagamento.

Realizamos a inspeção por amostragem de notas fiscais juntamente com a apresentação dos comprovantes de pagamentos e não sendo identificadas irregularidades.

Como evento subsequente testamos o percentual de 72% do saldo de dezembro, onde constatamos a liquidação em janeiro 2021, conforme o vencimento.

RECOMENDAÇÃO

Avaliar a possibilidade de implementação de relatório financeiro abrangendo informações detalhadas por títulos/NF, data de emissão, data de vencimento e valor por título e valor total.



2.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Demonstramos abaixo a composição analítica do grupo Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, em 31 de dezembro de 2020:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Honorários Lei 13.105/2015	511.721,36
FGTS a recolher	222.806,48
PIS/PASEP a recolher (8301)	36.660,45
TOTAL	771.188,29

Fonte: Fonte: Balancete em dezembro/2020.

Realizamos a conferência entre a apropriação de salários na contabilidade referente ao mês de dezembro/2020 frente à posição do relatório da folha de pagamento juntamente pela inspeção do pagamento, não sendo identificado divergências.

Procedemos a verificação das guias de recolhimentos de FGTS e PIS/PASEP referente ao período auditado, sendo também efetuado o cruzamento com dados da SEFIP, não sendo identificadas inconformidades.

Examinamos a memória de cálculo do FGTS e PIS/PASEP frente as informações do resumo da folha de pagamento, não sendo identificadas diferenças materiais. Efetuamos também por amostragem os cálculos dos encargos sociais sobre a remuneração individual por colaborador, não sendo identificadas divergências materiais.

Salientamos que a Entidade não possui formalizado normativo interno com descrição das rotinas e processos relacionados à área de recursos humanos.

RECOMENDAÇÃO

Formalizar e aprovar normativo com rotinas e processos relacionados à área de recursos humanos e folha de pagamento.

2.3. PROVISÕES A CURTO PRAZO

A seguir são apresentados os saldos do grupo Provisões a curto prazo com posição em 31 de dezembro de 2020:

CONTA	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Férias	2.349.653,95
INSS patronal férias	673.567,44

Página 10 de 17



CONTA	SALDO CONTÁBIL
FGTS férias	250.628,42
1/3 de férias - CF/88	783.218,11
PIS sobre férias	31.277,83
TOTAL	4.088.345,75

Fonte: balancete e relatório de provisões do mês de dezembro de 2020.

Realizamos o confronto entre os saldos contábeis e os saldos dos relatórios de provisões de férias e encargos, onde não identificamos divergências.

Com relação ao 13º salário o mesmo foi integralmente pago no exercício de 2020 e os encargos recolhidos no vencimento.

2.4. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Demonstramos a seguir a composição analítica do grupo Obrigações fiscais a curto a prazo, em 31 de dezembro de 2020:

CONTAS	SALDO CONTÁBIL	Valores em R\$
INSS retido na fonte (11%)	8.444,54	
INSS a pagar	568.220,14	
Imposto de renda retido na fonte empregados (0561)	442.123,15	
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	669,49	
TOTAL	1.019.457,32	

Fonte: Balancete em dezembro de 2020.

Confrontamos os saldos contábeis relativos ao período com as conciliações apresentadas pela auditada, bem como confrontamos os saldos contábeis com as planilhas de apuração, comprovantes de pagamentos e obrigações acessórias. Posteriormente, realizamos a revisão das certidões negativas, e não identificamos irregularidades.

Realizamos o cálculo do INSS incidente sobre salários, sendo utilizado relatório da folha de pagamento do mês dezembro/2020 e cruzando com os valores informados frente às informações da GFIP/SEFIP e guias de recolhimento, não detectando diferenças.

2.5. CRÉDITOS A IDENTIFICAR

Na conta: 2.1.8.9.1.02 - Créditos à Identificar, identificamos saldos de longa data, pendentes de conciliação, no qual perfaz o montante de R\$ 347.912,85 em 31 de dezembro de 2020. Abaixo o somatório por exercício:



EXERCÍCIO	Valores em R\$ SALDO
2018	95.297,45
2019	39.995,40
2020	212.620,00
TOTAL	347.912,85

RECOMENDAÇÃO

Realizar o monitoramento dos saldos de longa data, assim como avaliar junto ao jurídico a possibilidade de reconhecer os valores e proceder aos devidos ajustes.

2.6. VALORES RESTITUÍVEIS

Demonstramos abaixo a composição analítica do grupo Valores restituíveis, em 31 de dezembro de 2020:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Cota Funcionário Plano de Saúde	734,69
Empréstimo Banrisul	64.745,73
Cheques à Compensar	691,95
TOTAL	66.172,37

Fonte: Fonte: Balancete em dezembro/2020.

Analizamos as composições das contas elencadas acima frente às conciliações, planilhas de controles auxiliares e documentos disponibilizados, não sendo identificadas inconsistências.

2.7. PROVISÕES, SENTENÇAS JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E ACORDOS JUDICIAIS

Demonstramos abaixo a composição analítica do grupo Provisões, sentenças judiciais, precatórios e acordos judiciais classificadas no curto e longo prazo, em 31 de dezembro de 2020:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Repetição de Indébitos Anuidades/ARTs (b)	600.000,00
Acordos Reclamatórias Trabalhistas (a)	3.530.638,46
Reclamatórias trabalhistas CP (c)	14.029.613,03
Demais decisões judiciais CP	200.000,00
Reclamatórias trabalhistas LP (c)	12.113.009,74
Demais decisões judiciais LP	432.936,47
Honorários (Art.6º TA Portaria 368/2020)	22.422,40
TOTAL	30.928.620,10

Fonte: Fonte: Balancete em dezembro de 2020.



Realizamos a análise das contas elencadas acima frente a documentação disponibilizada, tendo destaque as seguintes situações:

- (a) Em dezembro foi realizado acordo trabalhista no valor de R\$ 3.684.144,48 para pagamento em 24 parcelas a reclamante. Na primeira parcela não foi retido o IR o qual foi informado para recolhimento direto pela reclamante. Nas demais parcelas está ocorrendo a retenção e o recolhimento. Confrontamos o saldo com a planilha de acompanhamento e não identificamos divergências;
- (b) Com relação a rubrica Repetição de Indébitos Anuidades/ARTs, o assessor jurídico orientou a provisão no valor de R\$ 600.000,00 com probabilidade de perda para 2021, no entanto não está considerando o que poderá ser devido nos demais exercícios. No relatório do assessor jurídico não há probabilidade de perda de cada ação somente a informação acima;
- (c) Observamos que a Entidade segue provisionando as contingências de perdas possíveis, classificadas no curto prazo, nas contas de Reclamatórias trabalhistas CP e Demais decisões judiciais CP. O critério adotado é para resguardar o saldo do fluxo de caixa em razão dos acordos realizados.

Conforme NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Provisões

22. A provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não) decorrente de evento passado;*
- (b) for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada; e*
- (c) uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.*

Riscos e incertezas

51. Riscos descrevem a variabilidade dos resultados. Uma nova avaliação dos riscos pode aumentar o valor com que o passivo é mensurado. Cuidados são necessários ao se realizar julgamentos em condições de incertezas, de modo que as receitas ou ativos não sejam superavaliados, e que as despesas ou passivos não sejam subestimados. Entretanto, a incerteza não justifica a criação de provisões em excesso ou de deliberada superavaliação dos passivos. Por exemplo, se os custos projetados de resultado particular adverso forem estimados em base prudente, o resultado não é deliberadamente tratado como mais provável que o caso real. É

necessário cuidado para evitar duplicidades em ajustes para riscos e incertezas que consequentemente superavaliem a provisão.

Mudança na provisão

69. Provisões devem ser revisadas na data das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa no momento. Se não for mais provável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Recebemos o relatório dos processos sob responsabilidade dos assessores jurídicos da entidade, onde não identificamos divergências frente às provisões com perda provável e possível reconhecidas na contabilidade no curto e longo prazo.

RECOMENDAÇÕES

Solicitar avaliação da área jurídica no que tange as probabilidades de perdas de ações judiciais e bem como revisar os critérios adotados na constituição de provisão de contingências judiciais.

Com relação a rubrica Repetição de Indébitos Anuidades/ARTs, sugerimos demonstrar a provisão mais detalhada, de forma analítica para auxiliar o monitoramento dos registros na contabilidade.

2.8. OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES

Demonstramos a seguir a composição analítica do grupo Obrigações de repartição a outros entes, em 31 de dezembro de 2020:

	Valores em R\$
CONTAS	SALDO CONTÁBIL
Parcela da Mútua	804.052,77
Parcela do Confea	998.612,40
Parcela do CAU	13.726.920,42
Parcela dos Técnicos Industriais	128.791,39
Parcela da Mútua (depósito judicial) – LP (a)	21.475.268,85
TOTAL	37.133.645,83

Fonte: Balancete em dezembro de 2020.

Realizamos a conferência dos valores de cota partes do mês de dezembro de 2020 referente às parcelas da Mútua e Confea, não sendo identificado divergências. Observamos que é efetuado o abatimento de despesas de sentenças oriundas dos processos de repetição de indébitos (anuidades e/ou ARTs) sobre saldo apurado da parcela de cota partes da Mútua e Confea, sendo informado que desconto foi autorizado através de acordo verbal entre as partes e no qual não foi emitido documento formal deste acordo firmado. Internamente, há deliberação da presidência através de processo administrativo, aberto a cada início de exercício financeiro, autorizando à Contabilidade a proceder dessa forma em relação aos valores percentuais que cabiam ao Confea e à Mútua restituir ao Conselho.



Referente à conta Parcela do CAU com base na documentação disponibilizada e também com outras informações há valores de despesas (R\$ 3.145.991,66) não autorizados pela entidade citada. Salienta-se que nesta conta há saldos abertos originados desde 2011, pendentes de pagamento e sendo relatado que não houve acordo com o CAU Federal.

Com relação a contingência Parcela da Mútua, longo prazo, a Lei 6.496/77 instituiu a “Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sob sua fiscalização, registrados nos CREAs”, onde são oferecidos diversos benefícios e prestações. Por medida da norma, 20% da receita bruta com ART é destinada à Mútua. Esses valores não eram repassados até o momento da ação judicial onde foi demandado o depósito. A entidade mantém o valor em depósito judicial onde foi realizada atualização até 2019.

RECOMENDAÇÃO

Formalizar em documento o acordo firmado com as entidades citadas referente a autorização do abatimento de despesas de sentenças sob o saldo apurado da cota parte mensal.

2.9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Realizamos análise das movimentações compreendendo o período de julho a dezembro de 2020, sendo efetuado cruzamento dos saldos contábeis frente aos valores informados nas Demonstrações Contábeis e Demonstração das Variações Patrimoniais, identificando a conformidade dos registros contábeis.

3. CONTAS DE RESULTADO

3.1. ANÁLISE COMPARATIVA DO RESULTADO

Realizamos análise comparativa entre os saldos do período findo em 31 de dezembro de 2020 frente os saldos do mesmo período do exercício anterior, sendo utilizadas as informações da Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme apresentamos a seguir:

Valores em R\$				
DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	Δ%	Δ% EM R\$
Varição patrimonial aumentativa	81.923.375,57	93.333.776,73	12,23	(11.410.401,16)
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	39.665.333,25	42.964.508,82	7,68	(3.299.175,57)
Contribuições	34.238.579,72	36.316.248,61	5,72	(2.077.668,89)
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	1.623.459,42	1.952.720,01	16,86	(329.260,59)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	3.467.277,79	6.011.590,70	42,32	(2.544.312,91)
Transferências recebidas	35.000,00	56.000,00	37,50	(21.000,00)



DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	Δ%	Δ% EM R\$
Valorização e ganhos com ativos	-	39.620,33	-	(39.620,33)
Outras variações patrimoniais aumentativas	2.893.725,39	5.993.088,26	51,72	(3.099.362,87)
Varição patrimonial diminutiva	90.175.073,86	93.183.077,74	3,23	(3.008.003,88)
Pessoal e encargos	41.380.231,26	40.906.359,18	1,16	473.872,08
Benefícios previdenciários e assistenciais	382.737,86	435.048,47	12,02	(52.310,61)
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	9.638.832,58	17.969.142,92	46,36	(8.330.310,34)
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	1.633.586,24	9.418.627,75	82,66	(7.785.041,51)
Transferências concedidas	18.097.658,96	20.142.363,64	10,15	(2.044.704,68)
Desvalorização e perda de ativos	343.950,90	931.961,23	63,09	(588.010,33)
Tributárias	1.385.407,35	821.914,92	68,56	563.492,43
Outras variações patrimoniais diminutivas	17.312.668,71	2.557.659,63	576,89	14.755.009,08
DEFICIT/SUPERAVID	(8.251.698,29)	150.698,99		(8.402.397,28)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais em dezembro de 2020 e 2019.

O resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020, quando comparado com o resultado do mesmo período do exercício anterior, apresenta uma variação negativa de R\$ 8.402.397,28.

A demonstração evidencia que o impacto nas receitas (Variação Patrimonial Aumentativa), foi superior ao impacto nas despesas (Variação Patrimonial Diminutiva), pois enquanto as Receitas reduziram em R\$ 3.299.175,57, uma redução de 7,68%, as Despesas reduziram em R\$ 3.008.003,88, uma redução de 3,23%.

POSICIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

O déficit apresentado ao final de 2020 na DVP, é o resultado das variações quantitativas originadas principalmente dos ajustes realizados nos passivos com reclamatórias trabalhistas, provisão dos honorários, provisões de férias.

PARTE II – CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter suporte para certificar a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes, cumprimento de normas e procedimentos internos, formalidades e eficiência nos controles da documentação comprobatória. E foram consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, dispositivos emanados na Lei nº 4.320/64 e legislações posteriores.

O resultado de nosso trabalho demonstrou que a entidade necessita aprimorar os controles sobre os saldos contábeis, especificamente sobre Dívida Ativa, Imobilizado e Intangível, buscando sanar as deficiências apresentadas no decorrer deste relatório, e para tanto a administração da entidade deverá avaliar a possibilidade de aplicação das recomendações efetuadas por nossa auditoria.